

Exame de 2012, 1ª fase

GRUPO II

O ESTADO NOVO DA DÉCADA DE 30 À DÉCADA DE 60 DO SÉCULO
XX

Este grupo baseia-se na análise dos seguintes documentos:

Doc. 1 – XX Aniversário da Campanha do Trigo – cartaz de propaganda (1949)

Doc. 2 – Evolução do Produto e da População em Portugal (1930-1965)

Doc. 3 – Debate sobre a proposta de lei relativa ao I Plano de Fomento – perspectiva do deputado Jacinto Ferreira (4 de dezembro de 1952)

Doc. 4 – Debate sobre a proposta de lei relativa ao I Plano de Fomento – perspectiva do deputado Proença Duarte (5 de dezembro de 1952)

Documento 1

XX Aniversário da Campanha do Trigo – cartaz de propaganda (1949)



F.N.P.T. – Federação
Nacional dos Produtores de
Trigo

Documento 2

Evolução do Produto e da População em Portugal (1930-1965)

(Valores a preços de 1958)

Ano	Agricultura	Indústria	Serviços	PIB	População (milhares)	PIB per capita (escudos)
	(milhões de escudos)					
1930	8 448	7 499	10 874	26 821	6 815	3 936
1935	9 641	8 505	12 130	30 276	7 263	4 168
1940	9 559	8 953	12 678	31 190	7 769	4 015
1945	11 263	10 794	14 335	36 392	8 107	4 489
1950	14 166	13 370	16 564	44 100	8 502	5 187
1955	15 331	17 899	19 434	52 664	8 656	6 084
1960*	18 916	30 366	28 665	77 946	8 891	8 767
1965*	20 382	48 647	37 552	106 581	8 996	11 848

* Valores a preços de 1953.

Documento 3

Debate sobre a proposta de lei relativa ao I Plano de Fomento
– perspectiva do deputado Jacinto Ferreira (4 de dezembro de 1952)

É preciso distinguir entre plano de fomento e plano de obras públicas, porque nem toda a obra pública é obra de fomento [...]. A introdução de novas técnicas, de novas normas de vida, de diferente orientação, de uma mentalidade nova em muitos sectores da atividade nacional, isso seria de certeza uma fonte magnífica de fomento [...]. Citando a Câmara Corporativa, o documento em apreciação é mais um plano de obras de fomento do que um plano de fomento [...].

Um reparo que o plano me suscita é a falta de sentido da unidade da nação portuguesa [...]. Seria esplêndido que se aproveitasse a oportunidade para abater as barreiras alfandegárias entre as diversas províncias de Portugal [...]. O plano mostra-se, pelo contrário, fracionado e os territórios ultramarinos são nele considerados cada um à sua parte, em oposição ao espírito de unidade que conviria vincar [...]. Este plano revela-se elaborado sob o signo da angústia que causa a muita gente o aumento constante da população portuguesa e sob o império da necessidade urgente de proporcionar trabalho a todos [...].

Anuncia o plano que será gasta uma verba elevada em escolas técnicas [...]. Parece-nos que a verba a despender teria melhor aplicação se fosse incluída numa remodelação das nossas instalações de ensino científico, técnico e cultural. [...] De resto, não se compreende a que título se inclui a construção de escolas comerciais num plano de fomento puramente industrial. [...]

Neste plano, uma boa parte da verba a despender é destinada à agricultura. Pois, apesar disso e de sermos um país que continua a ter na agricultura a sua maior riqueza, a parte do relatório que lhe é dedicada não excede a décima parte das considerações totais. [...] Gera-se no meu espírito uma grande interrogação sobre a conveniência de, nesta idade do Mundo, caminharmos para uma elevada industrialização, deixando em plano secundário o progresso agrícola. [...] Eu não me insurjo contra a industrialização; insurjo-me, sim, contra o desinteresse a que, num plano de fomento, é votada a agricultura.

Documento 4

Debate sobre a proposta de lei relativa ao I Plano de Fomento
– perspectiva do deputado Proença Duarte (5 de dezembro de 1952)

O Governo da Revolução Nacional apresenta ao País um plano de fomento, ou seja, um conjunto orgânico e sistematizado de realizações extraordinárias a levar a efeito durante um período de tempo pré-determinado. [...]

Contempla o plano, simultânea e articuladamente, a economia metropolitana e as economias das províncias ultramarinas. A uma e a outras dá tratamento de igualdade, considerando-as como um todo indivisível, o que está de harmonia com os interesses da Nação, com os preceitos constitucionais, com as exigências da economia mundial, com a interdependência das economias nacionais e com a nossa tradição colonizadora. [...]

A agricultura, sendo enumerada em primeiro lugar no plano para o continente e ilhas, sob o ponto de vista de dotações financeiras, aparece em último lugar [...]. Aparecem em segundo lugar os investimentos na indústria. [...] É manifesto que a mais saliente determinante dos empreendimentos industriais selecionados foi a da utilização das nossas matérias-primas pelos aproveitamentos hidroelétricos e pelas indústrias de base. Parece-me só haver que louvar a orientação seguida. [...]

Sobre escolas técnicas, inscreve-se no plano uma verba de certo vulto a repartir pela conclusão de obras em curso e pela construção de obras novas. É bem sensível a necessidade de criar no País uma rede de escolas para o ensino técnico elementar. [...] A modificação para melhor do rendimento do trabalho nacional pode depender em boa parte da criação dessa rede de escolas técnicas elementares.

1. Refira, a partir do documento 1, três dos princípios ideológicos do Estado Novo.
2. Compare as duas perspetivas acerca do I Plano de Fomento, expressas nos documentos 3 e 4, quanto a três dos aspetos em que se opõem.
3. Desenvolva o seguinte tema:

Portugal: economia e sociedade da década de 30 à década de 60 do século XX.

A sua resposta deve abordar, pela ordem que entender, três dos aspetos de cada um dos seguintes tópicos de desenvolvimento:

- prioridades económico-sociais de Portugal na década de 1930;
- alterações da política económica interna e externa do Estado Novo após a Segunda Guerra Mundial;
- movimentos migratórios da população portuguesa nas décadas de 1950 e 1960.

Deve integrar na resposta, além dos seus conhecimentos, os dados disponíveis nos documentos de 1 a 4.

Identificação das fontes

Doc. 1 – In <http://passapalavra.info> (consultado em 10/02/2012)

Doc. 2 – In Pedro Lains, *Os Progressos do Atraso – Uma Nova História Económica de Portugal, 1842-1992*, Lisboa, ICS-UL, 2003
(adaptado)

Doc. 3 – In Debate, na generalidade, acerca da proposta de lei relativa ao Plano de Fomento Nacional, in *Diário das Sessões*, n.º 173, 5 de dezembro de 1952 (adaptado)

Doc. 4 – In Debate, na generalidade, acerca da proposta de lei relativa ao Plano de Fomento Nacional, in *Diário das Sessões*, n.º 174, 6 de dezembro de 1952 (adaptado)

CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DE CLASSIFICAÇÃO (GAVE)

1. 20 pontos

Descritores do nível de desempenho no domínio específico da disciplina		Descritores do nível de desempenho no domínio da comunicação escrita em língua portuguesa	Níveis*		
			1	2	3
Níveis	5	<ul style="list-style-type: none"> • Referência clara de três dos seguintes princípios ideológicos do Estado Novo: <ul style="list-style-type: none"> – autarcia (doc. 1); – dirigismo económico (doc. 1); – ruralismo (doc. 1) OU conservadorismo OU tradicionalismo; – nacionalismo (doc. 1); – corporativismo OU organização corporativa de toda a vida económica, social e política (doc. 1); – doutrinação OU propaganda para enquadramento das massas (doc. 1); – autoritarismo, assente na valorização do poder executivo OU na subalter- nização do poder legislativo OU no desprezo pelo parlamentarismo OU na submissão dos interesses individuais ao interesse do Estado; – oposição ao multipartidarismo; – colonialismo. • Interpretação completa do documento, por referência ao solicitado. 	18	19	20
	4	Nível intercalar	15	16	17
	3	<ul style="list-style-type: none"> • Referência de dois dos princípios ideológicos do Estado Novo, indicados no nível 5. • Interpretação incompleta do documento, por referência ao solicitado. • Utilização adequada da terminologia específica da disciplina. 	12	13	14
	2	Nível intercalar	9	10	11
	1	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação genérica de aspetos referidos no nível 5. • Incipiente interpretação do documento, por referência ao solicitado. • Utilização pouco rigorosa da terminologia específica da disciplina. 	6	7	8

* Descritores apresentados nos Critérios Gerais de Classificação.

2. 30 pontos

Descritores do nível de desempenho no domínio específico da disciplina		Descritores do nível de desempenho no domínio da comunicação escrita em língua portuguesa			
		Níveis*			
		1	2	3	
Níveis	5	<ul style="list-style-type: none"> • Comparação clara das duas perspetivas acerca do I Plano de Fomento, referindo três dos seguintes aspetos em que se opõem: <ul style="list-style-type: none"> – enquanto no documento 3 – perspetiva do deputado Jacinto Ferreira – se refere que o plano em análise é mais um plano de obras públicas do que um verdadeiro plano de fomento, no documento 4 – perspetiva do deputado Proença Duarte – defende-se que se trata de um verdadeiro plano de fomento, ou seja, «um conjunto orgânico e sistematizado de realizações extraordinárias a levar a efeito durante um período de tempo pré-determinado»; – enquanto no documento 3 se refere que o plano revela «falta de sentido da unidade da nação portuguesa» por se tratarem separadamente a metrópole e as colónias, no documento 4 exprime-se a ideia de que o plano contempla, «simultânea e articuladamente, a economia metropolitana e as economias das províncias ultramarinas», «de harmonia com os interesses da Nação»; – enquanto no documento 3 se considera dispensável a inclusão no plano de verbas para a criação de escolas técnicas, no documento 4 louva-se essa decisão, porque «é bem sensível a necessidade de criar no País uma rede de escolas para o ensino técnico»; – enquanto no documento 3 se considera que «uma boa parte da verba a despende é destinada à agricultura», o documento 4 considera que «a agricultura, sendo enumerada em primeiro lugar no plano para o continente e ilhas, sob o ponto de vista de dotações financeiras, aparece em último lugar»; – enquanto no documento 3 se critica o plano de fomento porque é «puramente industrial», «deixando em plano secundário o progresso agrícola», apesar de «sermos um país que continua a ter na agricultura a sua maior riqueza», o documento 4 louva a orientação seguida quanto aos investimentos na indústria. • Interpretação completa dos documentos, por referência ao solicitado. 	27	29	30
	4	Nível intercalar	22	24	25
	3	<ul style="list-style-type: none"> • Comparação das duas perspetivas acerca do I Plano de Fomento, referindo dois dos aspetos em que se opõem, indicados no nível 5. • Interpretação incompleta dos documentos, por referência ao solicitado. • Utilização adequada da terminologia específica da disciplina. 	17	19	20
	2	Nível intercalar	12	14	15
	1	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação genérica de aspetos referidos no nível 5. • Incipiente interpretação dos documentos, por referência ao solicitado. • Utilização pouco rigorosa da terminologia específica da disciplina. 	7	9	10

* Descritores apresentados nos Critérios Gerais de Classificação.

3. 50 pontos

Descritores do nível de desempenho no domínio específico da disciplina		Descritores do nível de desempenho no domínio da comunicação escrita em língua portuguesa	Níveis*		
			1	2	3
Níveis	7	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento claro e organizado do tema «Portugal: economia e sociedade da década de 30 à década de 60 do século XX», abordando três dos aspetos a seguir referidos para cada um dos três tópicos de orientação da resposta: <p>Prioridades económico-sociais de Portugal na década de 1930</p> <ul style="list-style-type: none"> – intervencionismo do Estado, visando a coordenação superior de toda a vida económica e social e a sujeição dos interesses dos indivíduos e dos grupos sociais ao interesse do Estado (doc. 1); – corporativização das forças produtivas, com vista ao controlo da economia e das relações laborais e à conciliação dos interesses dos indivíduos e dos grupos sociais (doc. 1); – política económica essencialmente agrícola (docs. 1 e 2) OU campanhas de produção, com especial destaque para a Campanha do Trigo, visando a autarcia (doc. 1) OU valorização da atividade agrícola, o que não impediu a sua baixa produtividade (doc. 2); – defesa da sociedade rural, associada a valores genuinamente portugueses; – política de condicionamento industrial, submetendo toda a iniciativa privada ao controlo do Estado OU bloqueio do desenvolvimento dos sectores secundário e terciário (doc. 2); – preocupação em assegurar o equilíbrio das finanças públicas; – política colonial marcada pela imposição de princípios de desigualdade económico-social, baseados na exploração de produtos primários e no bloqueio do desenvolvimento industrial; – lançamento de um vasto programa de obras públicas, abrangendo quase todas as áreas, para dotar o país de algumas infraestruturas OU para combater o desemprego OU como forma de propaganda do regime. <p>Alterações da política económica interna e externa do Estado Novo após a Segunda Guerra Mundial</p> <ul style="list-style-type: none"> – adoção de práticas de planeamento económico através dos Planos de Fomento (docs. 3 e 4) OU estímulo ao planeamento económico pela adesão à OEEC OU pela aceitação das verbas do Plano Marshall; – elaboração de planos de reforma da agricultura, que se revelaram inconsequentes para alterar a estrutura fundiária tradicional e para vencer a estagnação do mundo rural (doc. 2); – defesa do desenvolvimento industrial, desde o I Plano de Fomento, mas de forma lenta e apoiado nas matérias-primas nacionais, na criação de infraestruturas e nas indústrias de base (docs. 3 e 4); – afirmação clara da opção industrializadora, na década de 1960, com o abandono da política de condicionamento industrial OU crescimento dos sectores secundário e terciário (doc. 2); – abandono progressivo, nos anos 60, da ideia de autarcia e integração na economia europeia e mundial OU adesão a organismos internacionais como a EFTA, o FMI, o BIRD e o GATT; – reforço do fomento económico nas colónias, nomeadamente, após o início da guerra colonial, como forma de legitimar a pertença portuguesa OU incentivo à colonização, aos investimentos públicos e privados e à abertura ao capital estrangeiro; – defesa da ideia de coesão entre a metrópole e as colónias (docs. 3 e 4), que conduzirá à criação do Espaço Económico Português (EEP); – aumento significativo dos índices de crescimento económico nas décadas de 1950 e 1960 (doc. 2). 	45	48	50

* Descritores apresentados nos Critérios Gerais de Classificação.

(Continua na página seguinte)

(Continuação)

Descritores do nível de desempenho no domínio específico da disciplina		Descritores do nível de desempenho no domínio da comunicação escrita em língua portuguesa	Níveis*		
			1	2	3
Níveis		<p>Movimentos migratórios da população portuguesa nas décadas de 1950 e 1960</p> <ul style="list-style-type: none"> – crescimento demográfico intenso nas décadas de 1930 e de 1940 (docs. 2 e 3), não absorvido pela economia (atraso nos sectores da indústria e da agricultura) nem pela emigração tradicional (Grande Depressão e II Guerra Mundial), seguido de uma desaceleração nas décadas de 1950 e de 1960 (doc. 2); – êxodo rural acentuado: aumento da população nos grandes centros urbanos e industriais do litoral e progressiva desertificação e envelhecimento das regiões do interior; – período de emigração mais intenso da história portuguesa, para a Europa e para outros destinos com níveis de vida superiores; – emigração acentuada por baixos rendimentos e salários OU pela política repressiva do regime OU pelo recrutamento compulsivo para a guerra colonial; – peso significativo da emigração clandestina, em resultado de muitos entraves legais, pretendendo o Estado prioritariamente o aumento da emigração para as colónias; – adoção, em finais da década de 1960, de uma política menos restritiva do Estado Novo face à emigração OU celebração de acordos entre Portugal e os países de acolhimento relativos aos direitos sociais e às remessas dos emigrantes OU supressão das exigências dos diplomas escolares aos emigrantes; – forte impacto da emigração: perda de mão de obra ativa, importante para o desenvolvimento do país OU importância para o Estado do volume significativo de remessas enviadas pelos emigrantes OU contributos importantes para a alteração das mentalidades e das paisagens. <ul style="list-style-type: none"> • Integração, de forma oportuna e sistemática, dos quatro documentos. 			
	6	Nível intercalar	38	41	43
	5	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento do tema «Portugal: economia e sociedade da década de 30 à década de 60 do século XX», abordando, por referência ao nível 7: <ul style="list-style-type: none"> – dois aspetos de cada um dos tópicos (2/2/2); OU – três aspetos de um dos tópicos, dois aspetos de outro dos tópicos e um aspeto do outro tópico (3/2/1); OU – três aspetos de cada um de dois dos tópicos (3/3/0); OU – dois aspetos de cada um de dois dos tópicos e um aspeto do outro tópico (2/2/1); OU – três aspetos de um dos tópicos e dois aspetos de outro dos tópicos (3/2/0); OU – três aspetos de um dos tópicos e um aspeto de cada um dos outros tópicos (3/1/1). • Integração, de forma oportuna, de três documentos. • Utilização adequada da terminologia específica da disciplina. 	31	34	36
	4	Nível intercalar	24	27	29

* Descritores apresentados nos Critérios Gerais de Classificação.

(Continua na página seguinte)

(Continuação)

Descritores do nível de desempenho no domínio específico da disciplina		Descritores do nível de desempenho no domínio da comunicação escrita em língua portuguesa	Níveis*		
			1	2	3
Níveis	3	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento do tema «Portugal: economia e sociedade da década de 30 à década de 60 do século XX», abordando, por referência ao nível 7: <ul style="list-style-type: none"> – um aspeto de cada um dos tópicos (1/1/1); OU – três aspetos de um dos tópicos (3/0/0); OU – dois aspetos de um dos tópicos e um aspeto de outro dos tópicos (2/1/0); OU – um aspeto de cada um de dois dos tópicos (1/1/0); OU – dois aspetos de um dos tópicos (2/0/0). • Integração, de forma oportuna, de dois documentos. • Utilização adequada da terminologia específica da disciplina. 	17	20	22
	2	Nível intercalar	10	13	15
	1	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação genérica de aspetos referidos no nível 7. • Incipiente integração de documentos, por referência ao solicitado. • Utilização pouco rigorosa da terminologia específica da disciplina. 	3	6	8

* Descritores apresentados nos Critérios Gerais de Classificação.